

**COLÉGIO PEDRO II  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,  
EXTENSÃO E CULTURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES  
ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO BÁSICO (EREREBA)**

Camila de Fátima Leal Rodrigues

**LITERATURA INFANTIL AFROCENTRADA: uma leitura de  
pertencimento e representatividade positiva.  
Reconectando uns aos outros**

Rio de Janeiro  
2025



Camila de Fátima Leal Rodrigues

**LITERATURA INFANTIL AFROCENTRADA: uma leitura de pertencimento e representatividade positiva. Reconnectando uns aos outros**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Básico, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Básico

Orientadora: Professora M.<sup>a</sup> Caroline da Matta Cunha Perez.

Rio de Janeiro  
2025

**COLÉGIO PEDRO II**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA**  
**BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER**  
**CATALOGAÇÃO NA FONTE**

R696 Rodrigues, Camila de Fátima Leal  
Literatura infantil afrocentrada : uma leitura de pertencimento e representatividade positiva. Reconnectando uns aos outros / Camila de Fátima Leal Rodrigues. - Rio de Janeiro, 2025.

26 f.

Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Caroline da Matta Cunha Pérez.

1. Relações étnico-raciais - Estudo e ensino. 2. Literatura infantil afro-brasileira. 3. Crianças negras. 4. Identidade racial. 5. Autoestima. 6. Bibliotecas escolares. 7. Bibliotecário escolar. I. Pérez, Caroline da Matta Cunha. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 305.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Camila de Fátima Leal Rodrigues

**LITERATURA INFANTIL AFROCENTRADA: uma leitura de pertencimento e representatividade positiva. Reconectando uns aos outros**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado a Programa de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Básico, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Básico.

Aprovado em: 18/08/2025.

Banca Examinadora:

---

M.<sup>a</sup> Caroline da Matta Cunha Perez (Orientadora)  
Colégio Pedro II

---

D.<sup>a</sup> Sílvia Barros da Silva Freire  
Colégio Pedro II

---

M.<sup>a</sup> Michelle Botelho Silveira Lima  
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro  
2025

## **LITERATURA INFANTIL AFROCENTRADA: uma leitura de pertencimento e representatividade positiva. Reconnectando uns aos outros**

Camila de Fátima Leal Rodrigues

**Resumo:** Este artigo aborda a utilização da literatura infantil afrocentrada como um aliado ao movimento antirracista e à construção da identidade e da autoestima da criança preta. Enfatiza a importância do uso dessa literatura na desconstrução do perfil de superioridade da criança não preta. Afirma a ação primordial da pessoa bibliotecária e da biblioteca escolar no movimento antirracista. Apresenta alguns autores(as) negros(as) que abordam a temática étnico-racial na primeira infância bem como a relevância do seu uso no âmbito escolar e familiar. Destaca a necessidade do uso das narrativas afrocentradas para que, com o tempo, possamos observar mudanças na estrutura do nosso país a fim de que as crianças, que serão adultos no futuro, possam, por meio do acesso à essa literatura, obter argumentos e força para enfrentar o preconceito e o racismo que reinam no Brasil.

**Palavras-chave:** literatura infantil afrocentrada; identidade; autoestima; biblioteca escolar; pessoa bibliotecária.

### **AFROCENTRATED CHILDREN'S LITERATURE: a reading that reconnects us**

**Abstract:** This article addresses the use of Afrocentric children's literature as an ally in the anti-racist movement and in the construction of Black children's identity and self-esteem. It emphasizes the importance of using this literature in deconstructing the superiority of non-Black children. It affirms the essential role of librarians and school libraries in the anti-racist movement. It presents some Black authors who address ethnic-racial issues in early childhood, as well as the relevance of their use in schools and families. It highlights the need to use Afrocentric narratives so that, over time, we can observe changes in the structure of our country. Children, who will become adults in the future, can, through access to this literature, gain the arguments and strength to confront the prejudice and racism that prevail in Brazil.

**Keywords:** afrocentric children's literature; identity; self-esteem; school library librarian.

## 1 INTRODUÇÃO

O que você não conseguiu enxergar nas imagens é o orgulho que nós demonstramos ter de nós mesmos e do nosso crespo [...] Herdamos essa crespitude dos nossos ancestrais, de rainhas e de reis, africanas e africanos (OLIVEIRA, 2020).

Início essa escrita revisitando a minha infância. Lembro com saudade daquele tempo onde a ingenuidade por sermos crianças nos blindou por algum tempo das mazelas do racismo, do preconceito e da discriminação. Sou a terceira filha de um casal de negros que, desde os nossos primeiros anos de vida, dizia que o nosso tom de pele iria ser uma “marca” que nos rotularia como inferiores perante a sociedade e que só com a educação poderíamos reverter essa situação. Naquela época, não conseguia entender o porquê daquelas falas que, para muitos, poderia ser encarada como muita pesada para se falar para crianças, mas o que é mais pesado e duro para uma criança do que se sentir excluída e não entendendo e achando que tinha algo errado consigo?

A busca por representatividade e pertencimento já ocorria nos primeiros anos de vida. Lembro que amávamos assistir a desenhos, filmes e ouvir as histórias infantis que nossos pais contavam, mas não entendíamos por que não existiam personagens de destaque como nós, pretos. Não nos víamos em nenhum lugar de destaque e demorou para entendermos que a cor da nossa pele que era responsável por essa invisibilidade e não representatividade.

Por muito tempo, acreditava que o erro estava na minha pele e no meu cabelo, que, para muitos, era ou ainda é feio e bagunçado. Por isso, por vários anos, me maltratei, me forçando a ser o que jamais seria; buscava ter aquelas características eurocêntricas que via ao meu redor: cabelos lisos e esvoaçantes, pele clara, traços finos seguindo o padrão da branquitude. Nesses momentos de busca por aceitação, na verdade estava negando as minhas raízes, minha ancestralidade e a verdade que ficou escondida ou adormecida por um longo período. Negava, mesmo sem saber, a mim mesma.

Se realizássemos uma pesquisa rápida com pessoas negras, perguntando como foi a sua primeira infância, grande parte iria contar que uma das brincadeiras preferidas era colocar uma toalha branca na cabeça para ter a sensação do cabelo balançando com o vento. Eu era uma dessas meninas e me sentia com aquele acessório na cabeça como se ele sim fizesse parte de mim. Parece algo simples, sem fundamento e significado, mas, para uma criança preta, é o um marco da busca incessante por pertencimento atrelado à negação e ao desconhecimento da sua própria história.

E, para reforçar essa inexistência, veio a invisibilidade do preto nos livros infantis, que são o primeiro contato durante a infância com a literatura. Hoje tenho certeza de que, se tivesse a chance de ter acesso a uma literatura infantil afrocentrada, a minha construção como sujeito e mulher preta seria outra e muitos traumas e momentos duros não teriam acontecido porque saberia como agir e teria argumentos para levantar a bandeira do orgulho preto.

Assim, como trabalho de conclusão de curso da Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica, nosso objeto de pesquisa é a Literatura Infantil Afrocentrada na primeira infância para a construção da identidade e da autoestima da criança preta, abordando como a pessoa bibliotecária e o acervo da biblioteca escolar podem ajudar nesse processo de descoberta e autoconhecimento. Como objetivos específicos, buscaremos: descrever o papel social desse profissional como mediador na construção da identidade e autoestima da criança preta na primeira

infância e analisar o uso das narrativas afrocentradas na percepção, formação, identidade e pertencimento étnico dos alunos e adultos envolvidos nesse processo de afrocentramento.

A Literatura Infantil Afrocentrada é de suma importância para que ocorra a desconstrução do perfil de serviçal, de inferior e de feio com que rotularam o sujeito negro brasileiro. De acordo com Maria Cristina Gouvêa (2005), na literatura infantil brasileira, o personagem negro era praticamente ausente e, quando aparecia, tinha papéis domésticos, animalizados ou vinculados à escravidão. Sendo este um exemplo claro do quanto o negro foi desvalorizado nessa literatura tão importante para o desenvolvimento da criança nas áreas estética, social, política e econômica. Dessa forma, é tão importante que esses ambientes e seus respectivos profissionais estejam atentos à temática antirracista.

É o momento para abordar esse assunto com o intuito de entender historicamente o porquê o preto, por muito tempo, foi representado de forma negativa na literatura e os impactos causados na vida das crianças negras. Este impacto está relacionado também à visão da criança não preta sobre o tom de pele diferente do seu e a ações racistas daqueles que deveriam semear a igualdade e o amor, os adultos. Sua relevância se faz presente quando observamos a falta de representatividade nos principais meios de comunicação, entretenimento e lazer e a certeza de que essa invisibilidade afeta a construção da identidade e da autoestima de uma criança negra.

Desse modo, pretendemos, durante a escrita deste artigo, apresentar o que era literatura infantil no Brasil e o que hoje temos como literatura infantil afrocentrada. Há uma discussão sobre o porquê de uma literatura focada para o público preto, já que o acesso à literatura, em especial a infantil, deve ser para todos. No entanto, sabemos que, atualmente, ainda é necessária essa divisão para que as crianças pretas tenham o seu destaque e o entendimento da sua origem, da sua história e da sua ancestralidade. A criança não preta também tem muito a aprender com esse acesso, uma vez que, desde pequena, tem contato com a percepção de que o outro que não tem a mesma cor de pele que a sua é inferior e submisso a ela.

## 2 METODOLOGIA

Meu cabelo é muito bom porque é fofo, lindo e cheiroso. Vocês estão com dor de cotovelo, porque não podem carregar o mundo nos cabelos como eu posso.  
(OLIVEIRA, 2013).

Como metodologia dessa escrita, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, utilizando artigos e livros para obter informações e conteúdo para sustentar e permitir a construção desse trabalho. Além disso, as minhas vivências e lembranças foram mencionadas e utilizadas para reforçar de forma biográfica o quanto o acesso a uma literatura que nos representa produz benefícios no sujeito em constante construção.

De acordo com Luiz Paulo Moita Lopes (1995), a pesquisa autobiográfica apresenta uma metodologia que permite um diálogo entre o indivíduo e o sociocultural, pois esta "põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos." (LOPES, 1995, p. 113).

Acredito que as minhas vivências são um campo de estudo e, por isso, associo as minhas experiências com os assuntos que são trabalhados nas narrativas afrocentradas. Por seu intermédio, é possível realizar conexões e reflexões que nos

permitem debater, aprender e compartilhar informações. Como disse Rodrigo França (2020), “[...] meu cabelo não é ruim. Ele não fala mal de ninguém.” Aprender com o outro e com a diversidade, nos permite conviver com o diferente de forma respeitosa.

### **3 DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1 O mundo encantado da infância**

Se quer saber quem sou, é só deixar de lado tudo aquilo que, desde antes, imaginou.  
(hooks, 2022).

Para falar dos pequenos sujeitos, precisamos conceituar o que seria infância e como o surgimento desse termo revolucionou o fazer de uma escrita literária infantil. Esse termo não foi logo empregado na nossa sociedade, já que, durante a Idade Média, as crianças eram vistas como adultos mirins. Por não haver distinção etária antigamente, as crianças absorviam tudo o que chegava até elas. De acordo com Ariès (2006), no seu livro *História Social da Criança e da Família*, a ausência do termo Infância se postergou até o final do século XVII, momento no qual surgia a unidade escolar e como tal era necessário que ocorresse distinção entre as idades. Surgia, nesse momento, a fase Infância no crescimento do indivíduo. Assim, as crianças tinham seus momentos separados dos adultos, sendo necessário que a literatura agora fosse voltada para essa faixa etária. No período Renascentista, na Europa, perceberam que as crianças brancas eram seres inocentes e que precisavam de cuidados e de proteção. A ação da Igreja foi essencial, suas ações possibilitaram diminuição, por exemplo, no número de mortes prematuras por falta de cuidados básicos.

Segundo Yvone Souza (2002), as crianças não eram tratadas como indivíduos integrantes de um coletivo, já que, na Idade Média, a Infância era considerada uma fase da vida sem valor algum. Com o tempo, essa divisão mais que necessária foi definindo as fases e/ou etapas do crescimento da criança, como a Primeira Infância, que consiste no intervalo entre a gestação e os seis anos de vida da criança.

A Infância é a fase na qual a criança ainda não consegue se comunicar totalmente através de palavras (oralidade) e usa, por muitas vezes, gestos e qualquer outra forma de comunicação para interagir com o meio na qual está inserida. Assim, é de suma importância para seu crescimento e desenvolvimento o contato com a literatura infantil e, por este motivo, tanto o seio familiar quanto o escolar precisam estar atentos e em sintonia para que melhor possam atender às necessidades das crianças. Sabemos que as crianças, principalmente na primeira infância, estão em um processo de construção de sua identidade, imagem, autoestima e personalidade. Dessa forma, é tão importante a representatividade e do reconhecimento presentes na literatura infantil afrocentrada que deve ser trabalhada nas escolas e bibliotecas escolares.

O ingresso no ambiente escolar é um momento que pode e deve ser considerado como o mais importante para a criança por ser o seu primeiro contato com um local totalmente novo, com pessoas novas, que mediarão novas experiências, sensações, emoções, curiosidades; que farão parte da sua construção como sujeito. No Brasil, é de responsabilidade dos sistemas municipais de educação que regulamentem o funcionamento das escolas públicas e particulares de ensino da Educação Infantil, o acesso à escola e à biblioteca.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), lei número 8.069, sancionada em 13 de Julho de 1990, foi criada como objetivo de defender os direitos da criança e do adolescente, além de reafirmar a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em garantir as condições favoráveis para o seu desenvolvimento e para proteção contra a discriminação, a exploração e a violência. A lei descreve como criança o sujeito com até 12 anos incompletos e, como adolescente, o sujeito da faixa etária dos 12 anos até os 18 anos. O artigo 53 dessa lei defende o direito ao acesso à educação, ao lazer, ao esporte e a cultura, pois esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento pessoal, a formação de uma cidadania ativa e a qualificação para o mercado de trabalho.

Sabemos que a legislação acima, de proteção e garantias à Infância, funciona na teoria, mas a realidade do nosso país é totalmente diferente. A Educação Básica no nosso país sempre foi desigual, havendo diferença de acesso e qualidade do ensino entre classes sociais e/ou regiões. Quanto a isso, podemos citar a população rural, que nem sempre tinha uma escola próxima para frequentar, assim como grande parte da sociedade que tinha acesso a uma educação primária e profissionalizante. Como oposição uma pequena parte da população, privilegiada, tinha acesso a uma educação de qualidade, que fornecia todas as ferramentas para que aquele aluno tivesse a oportunidade de melhoria na sua qualidade de vida. A educação é desvalorizada e o acesso à cultura e ao lazer para muitos é visto como algo supérfluo que não irá agregar conhecimento e melhoria na vida das crianças e adolescentes. Sendo direitos que são privilégios para uma camada da sociedade.

A lei número 13.257 de 8 de março de 2016 (Brasil, 2016), apresenta o dever do Estado em estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a Primeira Infância que atendam às especificidades dessa faixa etária tendo como finalidade garantir o completo desenvolvimento característico dessa faixa.

Alguns acreditam que, na primeira infância, a criança não precisa frequentar a escola, já que muitas ainda não conseguem se comunicar de forma direta e objetiva. Porém, segundo o Ministério da Educação (MEC), estas devem estar matriculadas na Educação Infantil que se divide entre a fase da creche de 0 a 3 anos e da pré-escola de 4 a 5 anos. A justificativa do MEC para a presença de crianças entre 0 e 3 anos nas escolas se fundamenta pelo fato desse ambiente estimular o desenvolvimento integral da criança e a construção de seus conhecimentos. A educação infantil nessa idade tem como objetivo a promoção do desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, da expressão pessoal e cultural das crianças, assim como a garantia do direito da criança à proteção, saúde, liberdade e respeito.

Segundo a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação, a Educação infantil em creches ou entidades equivalentes (crianças de 0 a 3 anos) e em pré-escolas (crianças de 4 a 6 anos) tem adquirido, atualmente, reconhecida importância como etapa inicial da Educação Básica e integrante dos sistemas de ensino. No entanto, a integração das instituições de Educação Infantil ao sistema educacional não foi acompanhada, em nível nacional, da correspondente dotação orçamentária. Essa fase da escolaridade também é nomeada como Ensino Infantil, sendo a primeira etapa da Educação Básica na qual a criança começa a ter os primeiros contatos com um novo ambiente e com pessoas fora do seu círculo familiar.

É comum ouvirmos falas do tipo: “Para que colocar a criança na escola tão cedo? Lá só irá brincar e desenhar, o que poderia ser feito na sua própria casa”. Porém, é nessa fase que a criança começa a descobrir o mundo recebendo estímulos para o seu desenvolvimento cognitivo, físico, motor, emocional e social. É nesse

momento que começam a se relacionar com outros grupos sociais e afetivos. Através das interações e atividades pedagógicas como as brincadeiras e desenhos que o profissional pode inserir ações antirracistas e iniciais as práticas do ensino das relações étnico-raciais na escola e biblioteca. Podemos enfatizar a sua importância pelo simples fato de a criança começar a ter contato com o que é diferente do seu mundinho, aprendendo a criar laços interpessoais, além de iniciar seu processo de autoconhecimento e construção da sua identidade e autoestima.

Destacamos que, no nosso país, a Educação Infantil só é obrigatória a partir dos 4 anos de idade; e não é garantido que se consiga vaga ou que esta seja próxima a sua residência; outro direito do cidadão que, por muitas vezes, não é respeitado. Desse modo, mães que não podem pagar por creches particulares são obrigadas a deixar seus filhos em casa sozinhos ou pagam vizinhas para tomarem conta da criança. Vemos, desde essa idade, a desigualdade e a falta de oportunidade, já que quem pode colocar seus filhos em unidades particulares? Conseqüentemente, o desenvolvimento de uma criança com condições socioeconômicas favoráveis será totalmente diferente daquela criança que contará com a sorte para conseguir uma vaga nos sistemas municipais de ensino. Sabemos que a mãe que não tem condição de pagar por uma creche, que é direito de toda criança, geralmente, é negra e, muitas vezes, mãe solo.

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – Lei número 9394/1996), (Brasil, 1996), disponível no site da casa civil brasileira, é garantido a toda população o acesso à educação gratuita e de qualidade, e valorização dos profissionais da educação; evidenciando que a União, Estado e municípios são responsáveis por esse direito de todo cidadão. Além disso, segundo essa mesma lei, a Educação Infantil é de responsabilidade dos sistemas municipais de educação que regulamentam o funcionamento das escolas públicas e particulares de ensino, sendo um direito da sociedade presente no artigo 208, inciso IV da Constituição Federal de 1998 (Brasil, 1998). Esta garantia de acesso à escola para os menores de sete anos, com acesso à educação, alimentação e lazer, de certa forma ajudou os pais de baixa renda, já que teriam um local seguro e apropriado para os seus filhos ficarem enquanto estivessem trabalhando. Uma luta desses responsáveis é que esse direito não fique só no papel, mas que todas as crianças tenham esse acesso garantido e, por meio dele, tenham a chance de romper com as amarras da estrutura eurocêntrica e escravocrata que marca as relações sociais no Brasil; podendo escrever uma nova história com uma perspectiva de vida positiva.

Este trabalho terá o recorte com a pré-escola (4 a 5 anos), fase na qual a criança tem, na maioria das vezes, um contato direto com o racismo sem saber o termo específico e sem entender o que é e por que passam por isso. Yvone Souza (2002, p.17) destaca que as crianças pretas na fase escolar já sentem esse racismo e o preconceito, e, por isso, desejam ser brancas, com cabelo liso e traços finos, já que, para elas, é apresentado, nas histórias que consomem, que essas características são bonitas e não as que possuem. É a demonstração do quanto vivemos em uma sociedade excludente e preconceituosa que, desde o seu nascimento, evidencia que seu tom de pele e suas características não são um marco das mazelas que o seguirão durante todo o seu crescimento. É o estigma de inferioridade que acompanha o povo preto desde a Escravidão sendo a todo momento reforçado pela sociedade e mídias em geral. Nesse ponto podemos perceber a negação da condição racial que as crianças negras sofrem.

Por este, entre outros motivos, é tão importante, necessário e urgente que os profissionais da educação e informação estejam atentos a essas temáticas e

percebam a necessidade de romper com a educação tradicional, que ainda defende valores arcaicos e engessados que evidenciam o branco em detrimento dos negros. A filosofia da superioridade branca que tanto impera no nosso país é uma tentativa direta de embranquecimento a qualquer custo, que dissemina ainda mais as desigualdades raciais, sociais e econômicas que vemos no nosso país que sim ainda é um território elitista, preconceituoso, desigual e cruel. Cida Bento diz:

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um grupo dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro (Bento, 2022, p. 14 - 15).

Yvone Souza (2002), na sua observação com as turmas de Educação Infantil, evidencia o quanto a família, a escola e a sociedade influenciam na autoestima e na construção da identidade da criança negra e o quanto esta, por muitas vezes, se sente literalmente invisível pelo simples fato de ser diferente do que vê nas historinhas infantis, por exemplo. A autora destaca a ação do professor para intermediar as situações que surgem como a reprodução de falas racistas e ações preconceituosas. Por isso, é tão importante a elaboração de políticas públicas que promovam a educação das relações étnico-raciais e que universidades incluam na sua grade curricular esse conteúdo. Além disso, que as escolas elaborem protocolos a serem seguidos quando ocorre algum ato racista e preconceituoso no seu interior. É imprescindível que as secretarias de educação forneçam para seus colaboradores recursos para se atualizarem, e conseqüentemente, transformarem o perfil educacional do nosso país, que ainda está preso a um passado que não deveria ter ocorrido, mas que não deve permanecer no nosso presente e futuro. Todos que convivem com as crianças precisam estar em harmonia e com um único propósito de auxiliar os pequenos na caminhada ao mundo novo que a escola e a biblioteca oferecem, aprendendo com as diferenças e respeitando o outro como ele é.

A Educação Infantil é uma fase no crescimento e desenvolvimento das crianças onde a mesma começa a descobrir o mundo e a si mesma bem como as diferenças que existem em nossa sociedade. Aprendem que fazem parte de um coletivo e que esse é diversificado e plural e, por este motivo, devem ser apresentados a uma literatura que se atente a apresentar essa pluralidade que constitui nosso país. Através das atividades que ocorrem nessa fase, o profissional da educação pode trabalhar as questões étnico- raciais na sala de aula.

Durante suas observações com as crianças de idade pré-escolar, Cavalleiro (2014) identificou que as crianças pretas já tinham enraizados conceitos negativos em relação a sua identidade por se compararem com as crianças brancas e tudo que era disseminado por todo tipo de mídia. Na sua observação, em relação às crianças brancas, pôde perceber que estas já apresentavam uma ideologia na qual o preto é feio, sujo e inferior, já tinham uma percepção de superioridade, e como tal, não deviam ter qualquer tipo de contato com os negros, pelo fato de apresentarem cor de pele diferente da sua. Podemos exemplificar essa visão de superioridade quando, em uma roda com crianças, a branca não quer dar a mão à negra, não aceita brincar ou dividir um brinquedo ou lanche pelo fato de terem cor/tom de pele diferente. Como se o contato fosse transmitir alguma doença, algo ruim ou que causasse dor. Sabemos que essas situações são corriqueiras nas salas de aula e, muitas vezes, não sofrem qualquer intervenção do adulto responsável. O pior é saber que essas atitudes

normalmente são transmitidas para a criança branca, oriundo da construção familiar e/ou social. A escola é o primeiro local onde a criança preta tem seu primeiro contato com o racismo, sendo que deveria ser o local onde todas as crianças deveriam se sentir seguras e acolhidas. Os autores Ueliton; Dalila (2020, p.32) afirmam: “Marcos fala que, quando ele é chamado de macaco, a professora não liga, esse comportamento da professora pode estar associado ao silêncio sobre raça e racismo”.

Muitas profissionais da educação, por não terem conhecimento teórico ou até mesmo por não acharem que as questões étnico-raciais são importantes, acabam sendo negligentes quando ocorre qualquer ato racista na sala de aula, o que reforça a necessidade de letramento racial e competência em informação dos profissionais que tem como atuação a mediação da leitura, da informação como meios para formação da identidade, autoestima e senso crítico dos alunos. Além disso não podemos deixar de mencionar que esse silêncio também pode ser uma marca do racismo presente no meio pedagógico. Não podemos deixar de abordar a presença de professores racistas que enfraquecem a luta racista e a inclusão e debate das questões étnico-raciais nas escolas. Nilma Gomes (1996), destaca que a escola não é um campo neutro, sendo assim, as questões raciais e sociais se fazem presentes nesse ambiente a todo momento. Era para ser um ambiente onde as diferenças se completam e são respeitadas, mas ainda é um local de preconceito e causador de traumas para algumas crianças que sofrem atos racistas e preconceituosos. Nesse quesito, não falamos só da questão cor de pele, mas em relação à orientação sexual, religião, estrutura familiar ou qualquer outra que seja vista como diferente e errada.

Essa e tantas outras falas das crianças, afirmam o quanto a falta de ação dos professores marcam as crianças. Não sabemos ao certo o quanto esse silenciamento está atrelado a nossa estrutura como sociedade, a falta de conhecimento, letramento racial e competência em informação. De acordo com Márcia Aguiar; Débora Piotto; Bianca Correa (2015), as crianças pretas são as que recebem menos atenção e elogios das professoras na escola. É o local do primeiro contato com o preconceito e com as desigualdades quando deveria ser um ambiente de amor, de trocas, de respeito e de construção a partir das diferenças dos sujeitos, onde essas se somam. É uma instituição que deveria acolher todos os alunos, mas exclui e dificulta a manutenção daquela parcela que é vista como insignificante. Dessa forma, podemos encarar a escola como um local racista, haja visto que seu surgimento, a princípio, era para letrar os filhos dos que tinham prestígio, vulgo brancos, em detrimento dos demais que não faziam parte desse grupo seletivo. Um marco do racismo que impera e compõe a sociedade brasileira em todas as instituições. Mas o que se entende como racismo?

[...]chama-se ainda o Racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura de uma sociedade, que pode ser verificada apenas estatisticamente através das desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc. (Guimarães, 2004, p.18).

Muitas vezes, quando se fala em racismo, a primeira defesa já é negacionista. Será que realmente aconteceu um ato racista? Trata-se de uma tentativa rotineira para minimizar o ato e os sentimentos daquele que sofreu preconceito. O sujeito preto sente os olhares de desconfiança a todo momento e em praticamente todos os locais em que está como uma simples compra no shopping ou mercado. Como disse Guimarães, o racismo influencia as diversas áreas que compõem uma sociedade como o acesso à saúde, à educação, ao lazer, ao mercado de emprego, entre todos

os direitos assegurados na Constituição de 1988. Impedindo que a parte majoritária do Brasil, que é tratada como minoritária, acesse as oportunidades de igualdade.

Nesta seção, abordamos o conceito de Infância e as influências sofridas pelos pequenos nessa faixa etária. Na próxima, iremos conversar sobre o ambiente escolar e a biblioteca, por meio da sua contextualização, evidenciando a biblioteca escolar, que é palco desse trabalho.

### 3.2 Ambiente Escolar e Biblioteca Escolar

No primeiro dia, quando cheguei à aula, recebi muitos olhares. Eu era a única menina negra na sala [...]. Me senti muito estranha na hora.  
(Silva, 2023).

A escola para algumas crianças é a primeira ruptura em relação ao seu seio familiar, já que, nos primeiros dias de aula, têm contato com adultos, crianças e realidades diferentes da sua rotina. Essa introdução, no início, causa estranheza nas crianças, mas é essencial para o seu desenvolvimento como cidadãos e como sujeitos.

De acordo com Roberta Bandeira (2024, p.7) "... o sistema educacional, em todos os seus níveis, reproduz o eurocentrismo e a crença na superioridade dos norte – americanos, de modo que as escolas atuam no sentido de ocultar a enorme influência da África na formação do Brasil ", causando dessa forma a alienação da identidade preta e a negação do racismo.

[...] livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra. E são exatamente essas "exceções" que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas. Quando se dá o oposto, isto é, a não aceitação da cooptação e a denúncia do processo de superexploração a que o negro é submetido, surge imediatamente a acusação de "racismo às avessas" (Gonzalez, 2020, p. 39).

A criança preta, no seu primeiro contato com o ambiente escolar, já sofre preconceitos e humilhações que irão ter consequências na fase adulta. Nos trabalhos anexados nas paredes das salas não se veem, nas contações de histórias infantis, os príncipes e princesas não são como eles e elas, e sim loiros e brancos. Ações de invisibilidade velada, mas que são sentidas pelas crianças pretas desde cedo. E quando um coleguinha branco se nega a brincar, sentar do lado ou dar a mão a uma criança com tom de pele diferente? Os profissionais da educação estão preparados e capacitados para agir? Eles intervêm e deixam claro que essa atitude é errada, que a cor da pele não deveria ser motivo para excluir o outro? Eles entendem que a não representação desses corpos pretos causam nessas crianças em relação ao pertencimento, acolhimento e negação? Como fazem essa intervenção e mediação? Esse é o momento crucial entre o silêncio e a ação que deve acontecer, imediatamente.

É essencial que as instituições de ensino tenham um protocolo para ser seguido quando há qualquer ato racista no ambiente escolar. Para trabalhar esse assunto com os pequenos, a Literatura Infantil Afrocentrada faz toda diferença, já que, nela, encontramos reis e rainhas negras, heróis e heroínas de pele preta, princesas e príncipes pretos ou outro personagem preto de destaque que, há pouco tempo era

exclusivamente branco. Quando o profissional prefere a apatia e finge que nada aconteceu, está afirmando e reafirmando que aquela atitude está correta, e concorda que o preto é inferior, sujo, indesejado e incapaz e/ou que não sabe como agir nessa situação na qual o aluno preto é excluído pelo fato de ser quem é. Vemos nessa falta de atitude uma afirmação do profissional de que este sujeito de fato é inferior ou que aquela fala ou atitude da criança branca não é um ato racista e sim uma atitude infantil sem o mínimo valor e intenção, mas sabemos que para a criança preta essa atitude terá consequências por toda a sua vida. Ser um profissional que não age perante atos racistas, reafirma que ele também é racista e compactua com o racismo que impera no nosso país.

[...] pude constatar a tranquilidade com a qual as crianças brancas expressam comentários depreciativos a respeito das crianças negras, que quase sempre permanecem absolutamente caladas, com olhar distante. Sobressaem em seus rostos expressões vazias. Após a ofensa dirigem-se a outro grupo, ou então começam a brincar sozinhas, como se nada lhe tivesse acontecido (Cavalleiro, 2014, p.54).

De acordo com Cavalleiro (2014), a Educação Infantil é a fase na qual ocorre a primeira socialização do indivíduo, já que é nesse momento em que a criança tem o primeiro contato com outras que possuem características diferentes, não só estéticas e físicas, mas sociais e econômicas. Com esse contato, esse sujeito constrói sua identidade, personalidade e começa a entender e conviver com um mundo diferente do que está habituado em casa, por exemplo. No Brasil, um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na construção da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro – brasileira na formação social, política e econômica do país ocorreu a partir da promulgação da Lei n 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – brasileira e Africana. Nessas diretrizes há o interesse e desejo em combater o racismo e as discriminações de gênero, socioeconômicas e religiosas como constante reflexão e intervenção na rotina da educação infantil.

Segundo Paulo Freire (1996), o ensino exige riscos, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação. Sendo tão importante principalmente nos dias de hoje que certos temas sejam abordados o mais cedo possível nas escolas e consequentemente nas bibliotecas escolares. Através de estudos e pesquisas podemos comprovar o quanto a escola e os profissionais nela existentes podem influenciar de forma positiva ou negativa as crianças.

No passado, quando se pensava em biblioteca, a imagem era de um ambiente no qual o silêncio era regra principal e não havia certa liberdade para, de fato, aproveitar todo aquele espaço e informação ali contido.

Foi-se o tempo em que a biblioteca se parecia com um museu e o bibliotecário era um catador de ratos entre livros embolorados e os visitantes olhavam com olhos curiosos tomos e manuscritos antigos. Agora a biblioteca é como uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e o visitante é um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas (Dewey *apud* Müller, 1984, p.11).

Emanuelle Ferreira e Carlos Araújo (2023), discorrem que, de início, as bibliotecas eram definidas como tradicionais, já que privilegiavam o perfil técnico e, como tal, mantinham a ideia de que aquele ambiente era para ser guardião e

acumulador de conhecimento, mas esse era compartilhado com poucos. Hoje, a percepção de biblioteca vai além de salvaguardar informações e conhecimento, mas como local de empoderamento, promoção de aprendizagem e construção de sujeitos críticos e pensantes. Através do acesso à biblioteca e ao mundo que ali existe, todo sujeito tem a oportunidade de mudar sua realidade.

Na verdade, a biblioteca escolar é um ambiente de ensino e aprendizagem, de compartilhamento de informações que possibilitam que o usuário construa conhecimento sobre determinado assunto. É um recinto que precisa ser visto como um organismo vivo, dinâmico, acolhedor e plural, e como tal, é essencial que ocorram atividades e práticas que aproximem os usuários. O público-alvo precisa se sentir à vontade e integrado àquele ambiente tão rico e que poucos têm acesso, até pelo fato da falta de incentivo governamental para a leitura e para a cultura. É um ambiente que transborda conhecimento, história e informação, oferecendo ferramentas que permitem que o usuário amplie sua percepção de mundo, seu vocabulário, suas reflexões e percepções relacionadas aos mais variados assuntos, além de ser um ambiente de estudo, pesquisa, lazer, cultura e aconchego.

Devido à sua origem, a biblioteca, por muito tempo, foi um local onde o conhecimento era restrito à parte da população mais privilegiada e, assim, os temas presentes retratavam a realidade desse grupo da sociedade e não a realidade do coletivo. O perfil eurocêntrico sempre se fez presente e, por este motivo, ainda é difícil transformar essa identidade da biblioteca. Mas, graças aos movimentos negros e aos demais movimentos que defendem a diversidade étnica, cultural, social e econômica do nosso país, já é possível observar mudanças mesmo com tanta resistência.

A biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade: ela é uma instituição social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento. O Brasil é um país onde existe o preconceito e a discriminação étnico-racial, assim seria impossível que a biblioteca, enquanto instituição social inserida em tal sociedade ficasse privada das marcas do racismo (Cardoso, 2015, p. 19).

A biblioteca escolar, que, infelizmente, é um ambiente raro nas escolas, principalmente nas públicas, deveria ter sua importância enaltecida por toda a sociedade. Já que é o ambiente no qual aquele pequeno sujeito terá maior contato com a literatura, com os livros, com temáticas diversas, contato com outras crianças, um contato consigo e com o mundo. É um local de pura descoberta, estímulo à educação e à construção de conhecimento crítico. Permite que o usuário melhore seu vocabulário, seu repertório cultural e sua oralidade.

De acordo com o Manifesto da IFLA/ UNESCO (2000), a biblioteca escolar tem como finalidade assegurar informação e ideias para o desenvolvimento da sociedade, qualificando os alunos durante sua fase escolar e estimulando seu crescimento individual. Reforçando esse objetivo a Lei da Universalização das Bibliotecas escolares (Brasil, 2010), Lei nº 12.244/2010, discorre sobre a obrigatoriedade de todas as instituições de ensino públicas e privadas do nosso país possuírem bibliotecas nos seus recintos, assim como ter um bibliotecário responsável. Sendo necessário um acervo mínimo com um exemplar para cada aluno e este deve ser ampliado e divulgado todos os serviços que oferece para a sua comunidade usuária. A lei existe, mas a realidade que encontramos nas escolas é bem diferente, principalmente nas públicas, em que, na maioria das vezes, não existe ou é apenas uma sala de leitura com alguns livros doados ou comprados pela própria gestão.

De acordo com a reportagem do Jornal O Globo (2025), após 15 anos da Lei da Universalização das Bibliotecas escolar apenas 114,4 mil escolas de um total de 179, 3 (63%) ainda não possuem biblioteca segundo dados do Censo Escolar do mês de abril de 2025. É um dado expressivo do quanto estamos atrasados e o quanto essa falta de biblioteca influencia negativamente o desenvolvimento escolar dos alunos. A reportagem destaca que muitos diretores tentam criar ao menos salas de leitura para que os alunos possam ter acesso à leitura mesmo que o espaço não seja adequado para isso e não tenham profissionais e nem acervo que atenda esses usuários. É uma forma de não negar aos alunos o contato com um mundo que pode ser transformador. O Censo escolar revelou que são 85.045 escolas que não possuem sala de leitura e nem biblioteca (47,4% das unidades de ensino do país). Esses dados alarmantes que chocam, evidenciam também o olhar de alguns de que o acesso à leitura não tem importância e como tal não é preciso pressa para que essa lei de fato seja praticada em todo território brasileiro.

Destacamos o quanto a biblioteca escolar é essencial para a construção de um novo leitor, permitindo que o sujeito desenvolva uma rotina de leitura, além do enriquecimento do seu vocabulário, estímulo à sua criatividade e imaginação. Quando há uma parceria entre a biblioteca escolar e a sala de aula, é possível a elaboração de atividades pedagógicas em conjunto, trazendo ainda mais benefícios para os alunos, já que as ações que se iniciam na biblioteca podem prosseguir na sala de aula e vice-versa. Segundo o Conselho Federal de Biblioteconomia (2021), a biblioteca escolar tem como objetivo fornecer material bibliográfico que atenda às necessidades e projetos pedagógicos da escola. Para isso, é essencial a comunicação entre os pedagogos (as) e os bibliotecários (as) para que ambos possam trabalhar em conjunto para um bem maior que são as crianças. É primordial que todos os profissionais estejam alinhados e cientes do quanto seus papéis são importantes para as crianças e, dessa forma, elaborarem um Planejamento Didático coerente com as necessidades e faixa etária bem como se atentar ao acervo que a biblioteca dispõe. Uma equipe alinhada pode gerar muitos frutos que a princípio serão só para os alunos, mas em tese os adultos também aprendem e muito com tudo que é trabalhado com as crianças.

A biblioteca como um todo e, em especial, a escolar tem que ser observada como um ambiente que possui um cunho social, cultural e educativo, já que muitas vezes é o primeiro contato da criança com a literatura. É nesse ambiente que a criança começa a construir seus conceitos em relação aos diversos assuntos, sendo o local onde a pessoa bibliotecária atua não só como mediador da informação, mas como auxiliar na alfabetização. Dessa forma, esse profissional é também um educador dos pequenos, além de agente cultural. Por este motivo, o desenvolvimento do acervo deve atender a seus usuários e às políticas educativas da escola. A pessoa bibliotecária deve estar muito atualizada e atenta para adquirir materiais que possam causar certa inquietação nos leitores. O que terá consequências imediatas ou não na vida destes.

[...] uma biblioteca escolar bem adaptada ao ambiente escolar, carregado de motivações é o local, por excelência, onde a criança aprende a gostar de ler, a se interessar pela leitura e pelo livro, ou por qualquer coisa que represente uma interpretação, uma associação, uma história (Costa; Hillesheim, 2004, p. 12).

Nessa subseção falamos um pouco sobre a escola e a biblioteca escolar, adentrando um pouco sobre seus respectivos históricos e a importância das mesmas na construção dos sujeitos bem como as fragilidades e finalidades.

### 3.3 Literatura Infantil

[...] escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis [...]  
(Adiche, 2019).

A Literatura é um meio pelo qual podemos abordar diversos temas, que, muitas vezes, não são tão fáceis. Por meio dela, podemos introduzir as crianças no mundo da imaginação, do real e das diversidades, já que os livros permitem viajar e imaginar tudo que ali está impresso. E como as crianças já têm certa facilidade de se conectar com o que estão lendo, acabam viajando para um local único e particular. Por isso é tão rica e necessária a sua utilização no ambiente escolar e biblioteconômico. Vemos o quanto o seu uso auxilia a criança no desenvolvimento do seu vocabulário, nas questões psíquicas e emocionais, nas relações interpessoais, no desenvolvimento da linguagem oral e escrita, na formação de opiniões e no autoconhecimento como ser, na construção da sua identidade e autoestima, e na sua oratória. É um momento de prazer e de cuidado.

A literatura permite que o aluno se conheça, apresente e explore suas individualidades, aprenda a lidar com as diferenças e emoções, perceba que é um sujeito social, e dessa forma, é parte integrante de uma sociedade. A leitura e tudo que a envolve permite que a criança desenvolva valores, construa suas opiniões, desperte sentimentos e emoções, além do bem-estar. Como disse Peres; Marinheiro; Moura (2012) a literatura, como toda arte, é a expressão de um tempo, constituindo-se através de um ideário, e ao mesmo tempo expressando-o. De acordo com Arboleya:

[...] o leitor constrói meios de se encontrar representado na obra de acordo com a sua realidade social e com a dos personagens que vivem problemáticas semelhantes à sua no enredo da história e de posse desta reflexão constrói meios para a afirmação de uma identidade étnica e cultural (Arboleya, 2008, p. 7).

Entendemos o que é e o que causa na sociedade o uso da literatura e como a forma como os personagens são apresentados pode influenciar de forma negativa uma parte da população. Se o povo preto continuar sendo representado de forma animalizada e estereotipada, a mudança no tratamento do grupo privilegiado não será apenas uma lembrança triste e desumana, continuará enraizada e compartilhada nas próximas gerações.

A Literatura infantil através das histórias, arte e magia aborda questões do dia a dia, além de permitir ao usuário melhoria no seu vocabulário, nas relações interpessoais, empatia, na sua percepção de mundo e de si. Com a leitura é possível permitir que a criança conheça outros mundos, libere sua imaginação e se sinta livre. É um meio de fornecer informação e conhecimento para os pequenos leitores de forma lúdica e simples.

A Literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização (Cagneti, 1996, p.7).

Na maioria das histórias, infelizmente, o preto era sempre apresentado de forma depreciativa, muitas vezes caricato e animalizado. E por que isso ocorria? Pelo fato do nosso país ainda ser um território escravocrata, racista e preconceituoso que

leva em consideração a visão eurocêntrica na qual o branco é o ser superior e dono da verdade em relação a beleza, por exemplo. Por ser um país construído através da dor e crueldade da escravidão, o preto era apresentado na literatura de acordo com esse perfil escravocrata e como tal era um mero serviçal que como tal tinha como único objetivo de vida: servir o sujeito branco. A literatura infantil apresentava e representava a sociedade brasileira tendo o branco como superior e o preto como mero objeto, força manual e sem intelecto. Nayara Santos, Thatiane Ruas e Tuany Oliveira (2022) demonstram o quanto a forma de apresentação dos personagens pretos influencia na autoestima da criança, nas relações interpessoais e, principalmente, na sua confiança como sujeito e cidadão. Demonstram através da sua pesquisa o quanto o preto quando presente nas histórias escritas tinha sempre um espaço inferior e subalterno, no qual estava sempre presente de forma subserviente para o branco e, por muitas vezes, animalizado. Dessa forma, se sentiam insignificantes/inferiores gerando uma sensação negativa em relação a sua cor e existência.

De acordo com Chimamanda Adichie (2019) uma história única constrói estereótipos e esses podem não ser mentiras, mas uma verdade incompleta e como tal apresenta versões distorcidas que só quem viveu ou vive pode dizer.

A literatura como tal se caracteriza de acordo com o que vemos no dia a dia, ou seja, costumes, valores, crenças, condições sociais, políticas e econômicas, de acordo com padrões e “verdades” de uma sociedade; sendo assim um produto da realidade de uma sociedade e país. Como o Brasil por muitos anos cresceu e se “desenvolveu” através do trabalho escravo, não era de se surpreender a forma como o preto era apresentado nas histórias, já que tinha uma visão do colonizador. (Isso quando ele era lembrado).

A falta de literatura infantil que enaltecesse o povo preto, causou traumas e deficiências nesta mulher preta que aqui escreve e que estava em construção desde seu nascimento. A inexistência de corpos como o meu nos meios de comunicação que consumia, causaram uma fragilidade na minha construção como sujeito e na minha autoestima. Por anos me sabotei, buscando ser o que via e lia e, ao mesmo tempo, me machucava a tal ponto de não saber de fato quem era.

Como apresentou Maria Cristina Gouvêa (2005, p.83), “[...] Entre 1900 e 1920, o negro era um personagem quase ausente, ou referido ocasionalmente como parte da cena doméstica. Era um personagem mudo, desprovido de uma caracterização que fosse além da referência racial.” Observamos nessa citação a forma como o povo preto era apresentado e representado nas histórias infantis. Era um personagem praticamente ausente e quando aparecia tinha papéis domésticos ou vinculados a escravidão.

É possível perceber isso ao folhear os livros de literatura infantil presentes nas salas de aulas e bibliotecas escolares. Livros esses que trazem textos e ilustrações que colocam negras(os) com a marca da branquitude. Isso nos leva a considerar que todas as crianças ao serem privadas de uma pluralidade de vozes e narrativas, são vitimadas pela estrutura racista que opera na sociedade (Luiz, 2022, p.88).

O preto foi desvalorizado, rotulado e estereotipado nesta literatura infantil tão importante para o desenvolvimento de crianças tanto na área estética, social, política e econômica. Por este motivo, foram e são tão importante os movimentos negros e as Políticas Públicas voltadas para as questões étnico-raciais como a lei 10.639/2003 referente a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira

(BRASIL, 2003). Através deles foi possível o surgimento de uma literatura para empretecer o mundo literário infantil, que é a literatura infantil afrocentrada, além do debate e aprendizagens acerca das questões raciais.

A falta de textos literários que retratem o preto de forma positiva, detentor de sucesso e realizações faz com que as crianças negras não se sintam e não queiram ser negras por acharem que isso é algo negativo e depreciativo. Gerando nelas uma relação de submissão e aceitação às ideias de “branquitude” que levam ao detrimento da maior parcela da população brasileira que é a negra. As crianças pretas, desde suas primeiras interações com um meio diferente do seu, acabam por negar suas raízes e sua verdade para se sentirem acolhidas pelos demais.

As crianças brancas, normalmente, não sofrem nenhuma ação preconceituosa devido ao seu tom de pele e estão satisfeitas com suas características, principalmente por se sentirem pertencentes à sociedade que a todo momento deixa claro que ser bonito é ser branco e ter traços finos. Se veem em praticamente todas as propagandas de televisão, filmes, desenhos, brinquedos, livros infantis e até em simples embalagens como as de fraldas e pomadas para bebês. Já a criança preta, desde o seu nascimento, sofre pressões da sociedade por seus traços e história, e, por isso, vislumbram se tornarem brancas, pois assim não seriam mais motivo de risos, piadas, ações preconceituosas e subjugamentos. Podemos perceber, em uma simples conversa com os pequenos, que a maioria tem sonhos restritos por ouvirem que certos espaços não lhes pertencem e que não possuem capacidade para galgar posições sociais e sonhar alto.

Adriana Thebas; Mateus Maritns; Michele Nogueira (2018, p.1), destacam o quanto é necessário o estudo das relações étnico-raciais para que o processo de exclusão do aluno negro não ocorra pelo simples fato de não pertencer ao padrão defendido pela sociedade, o eurocêntrico. Vemos o quanto essa falta de valorização dos costumes, história e cultura faz com que o aluno não tenha contato com sua ancestralidade e, conseqüentemente, consigo mesmo, gerando o apagamento da sua história e o não pertencimento. Por muitas vezes, nos deparamos com crianças e adultos que não se identificam como negros, e como tal, buscam incessantemente se enquadrar para serem aceitos na sociedade. Uma tentativa, na maioria das vezes fracassada, já que em algumas áreas o preto não é aceito e sim “suportado” e “engolido a seco”, já que o fingimento é uma marca do racismo do nosso país. Quem nunca ouviu uma criança preta se intitulando “marrom bombom” ou “cor de café”? Uma tentativa clara de negação e não pertencimento, na busca por aceitação ao grupo privilegiado branco.

Por não ocorrer uma representação afro-brasileira de forma positiva, percebemos que a criança só tem como referência o seu ambiente familiar. Por muitos anos, nas histórias infantis, o preto era taxado como submisso, feio, sem valor, sem importância e sem identidade. Como consequência, a criança preta se torna insegura e descrente sobre quem é e o que pode ser no futuro. Seus desejos, fantasias e sonhos são desestimulados e enfraquecidos, absorvendo esses rótulos e estigmas como verdadeiros e impossíveis de serem quebrados e vencidos. O que não é verdade. Com acesso a uma literatura que a valorize, a criança irá crescer sabendo do seu valor e seu pertencimento a uma sociedade na qual tem o direito de ocupar qualquer lugar.

Apresentamos o universo da literatura infantil e a importância do seu uso durante a primeira infância. Na próxima seção trataremos da Literatura infantil afrocentrada na construção da identidade e autoestima da criança preta e o papel da pessoa bibliotecária e, em especial o escolar nessa construção.

### 3.4 Literatura infantil afrocentrada e o papel da pessoa bibliotecária como mediadora nessa construção do sujeito preto

Assim são as princesas negras e não são as roupas, coroas ou príncipes a cavalo que as identificam, mas sim sua pele rica em melanina, seus cabelos crespos, sua sabedoria, sua ancestralidade.  
(Meireles; Souza, 2018).

Como fora apresentado anteriormente, definimos o que é a Literatura Infantil e, nesta seção, iremos apresentar o nosso objeto de pesquisa: a Literatura Infantil Afrocentrada. Primeiramente, precisamos reforçar o âmbito escolar e, conseqüentemente, a biblioteca escolar e a representatividade ali presente. Esta representatividade ainda é ausente, sendo necessária a criação de Políticas Públicas que tratem dessa temática. Podemos destacar a falta do uso das brincadeiras, danças, músicas e literatura africana e afrobrasileira nesses ambientes. Percebemos, nesses exemplos, o quanto um gesto simples pode causar na autoestima da criança preta bem como a percepção da criança branca que as diversidades existem, que são naturais e devem ser respeitadas.

Adentrando a literatura infantil afrocentrada, destacamos que o seu objetivo é representar positivamente um povo invisibilizado por anos, o povo preto africano, afro-brasileiro e da diáspora, de forma correta e digna. Nessas narrativas, há mudança do perfil do protagonista apresentado, sua história, ancestralidade, valores e tradições são valorizadas e referenciadas. De acordo com Rodrigo França (2020) “[...] como pode existir o hoje, o agora, se você não conhece o seu passado, a sua origem, as suas características? É assim que a gente conhece a nossa ancestralidade.” E é o acesso à essa literatura que permite que os nossos, sujeitos pretos, conheçam sua história, se reconectem e sintam orgulho da sua ancestralidade.

Trazendo essa literatura tão rica, convido a você, leitor, que veja além do meu tom de pele, que não me veja, apenas, mas me enxergue. Como disse bell hooks (2022, p. 23), "se revela um pouco da minha identidade, não toda a minha personalidade". Sou mais que um tom de pele mais escuro e cabelo mais crespo e cheio, além dessas características há muito mais para conhecer. Por citações como essa, tão simples, mas tão cheias de significado que a reparação e resistência se fazem presentes.

O surgimento de autores (as) e editoras, na sua maioria independentes, com o objetivo de levar a representatividade positiva para os livros infantis são exemplos empretecidos do quanto o nosso coletivo é forte e consegue, com toda a sua força e luta, desconstruir a literatura infantil de modo que essa apresente e represente todos os corpos e tons de pele de forma positiva, mas em especial que retrate o povo preto como merece, um povo merecedor de respeito e tão rico de cultura e intelectualidade. Um povo cheio de orgulho da sua caminhada, da sua história, das suas crenças, um povo no qual os sujeitos têm nomes e sobrenomes, têm suas famílias e valor. Um sujeito como qualquer outro, que possui qualidades e defeitos, sendo integrante de uma sociedade que deve a ele as mesmas oportunidades para galgar seus planos e desejos em busca de sucesso na vida.

Sonia Rosa (2019) traz, na sua dissertação de mestrado, uma escrita autobiográfica forte em relação a sua construção como mulher, pedagoga e escritora preta. Nas linhas e entrelinhas, usa a sua produção literária associada aos teóricos que abordam a temática racial e o uso da literatura infantil afro-brasileira como ferramenta na luta por reparação histórica e valorização de um povo que, por séculos,

foi e ainda é marginalizado. Essa reparação é alcançada em cada linha de uma história infantil que enaltece o povo preto, que gera nos leitores - em especial, os pretos - uma sensação de confiança e a certeza de que podem estar e ser o que quiserem. É uma literatura que permite a promoção e o desenvolvimento destas crianças pretas ao ponto de serem letradas racialmente.

Assim, desde os primeiros anos, já são capazes de construir discernimento e conhecimento acerca das suas vivências e experiências, ao ponto de terem capacidade de identificar qualquer ato racista e, principalmente, saberem como agir. Destacamos que o acesso à literatura afro-brasileira não é exclusivo da criança preta, já que a não preta também está em fase de desenvolvimento como sujeito e, como tal, precisa ter contato com a diversidade cultural do nosso país. Através desse contato, a criança branca terá a oportunidade de reconstruir sua visão acerca das diferenças, entendendo que o que torna o nosso país tão rico é a pluralidade que aqui existe. Segundo Sonia Rosa (2019), os títulos de literatura afro-brasileira que apresentem uma representatividade positiva e protagonismo preto são meios para uma reparação para as crianças que sofrem com o racismo gerando tantos traumas e sofrimento que influenciam negativamente o seu crescimento. Corroborando com Sonia Rosa, trazemos Azoilda Trindade (1996, p.30), que afirma: “As desigualdades raciais e sociais não são naturais, não nasceram conosco, nem é nosso destino viver essas marcas. São historicamente construídas, logo passíveis de ser coletivamente destruídas”.

Lembrando da menina negra que fui e na ausência destes livros, fico pensando em como me alimentar dessa literatura teria influenciado positivamente o meu crescimento e desenvolvimento durante todos esses anos. Por isso, hoje, sendo uma adulta, recorro a essas narrativas afrocentradas como alívio, como conexão e descoberta de quem realmente sou. Evidencio e aproveito toda a literatura infantil afrocentrada que encontro em minha jornada de pesquisadora de literaturas pretas, para debater o “eu” e as questões relativas à pretitude.

Ao contrário da minha infância, as crianças do presente têm a oportunidade de já crescerem tendo total certeza e orgulho de quem são através da leitura desses livros tão representativos para nós, pretos. Com esse acesso, já crescem tendo a certeza que seu lugar é onde quiserem e que ninguém pode diminuí-los devido seu tom de pele ou qualquer característica da sua ancestralidade.

Falamos do papel primordial do uso da literatura infantil afirmativa, mas não podemos deixar de abordar a ação da pessoa bibliotecária durante o processo da promoção da literatura em questão e a sua finalidade de construção de uma identidade e autoestima positiva nas crianças pretas e na desconstrução do saber branco em relação ao que é diferente. É aquele profissional que tem como matéria-prima para o seu trabalho a informação contida nos diversos suportes informacionais. Para muitos pode ser encarado como mediador e gestor da informação, já que através do seu conhecimento técnico consegue compartilhar informações para a comunidade usuária de forma acessível. Segundo o Conselho Regional de Biblioteconomia do Rio de Janeiro, o bibliotecário atua na organização, análise, recuperação e compartilhamento de informações em vários suportes informacionais tendo como prioridade atender as necessidades informacionais do solicitante.

O bibliotecário escolar que tem como local de trabalho uma biblioteca escolar precisa estar atento e ser capacitado sobre as mais diversas temáticas como racismo e a educação antirracista para que junto do grupo pedagógico possa debater e elaborar práticas a serem realizadas com os discentes. Além de toda a capacidade técnica é importante que ocorra uma relação da pessoa bibliotecária com toda a

equipe disciplinar para que tenha informações para desenvolver seu trabalho de forma eficaz e dinâmica, correspondendo às necessidades dos seus usuários, que não são só os alunos, como também professores, funcionários e, em algumas escolas, até os pais e/ou responsáveis; levando também em consideração os objetivos e diretrizes da instituição de ensino.

Através do seu conhecimento pode desenvolver um acervo com literatura infantil afrocentrada e através das suas ações atuar de forma positiva para que a criança preta entenda da sua história e do seu povo e através dessa caminhada literária consiga se desenvolver de forma positiva em relação a si e aos seus. Defendemos essa afirmativa pelo fato dos usuários desse ambiente serem crianças em constante transformação e construção.

A autora Clarice Caldin (2005) afirma que o bibliotecário tem de deixar de lado seu papel passivo e técnico, para também desempenhar um papel mais ativo e, conseqüentemente, mais humano em relação às questões sociais, culturais, raciais e políticas, já que trabalha com informação. A partir das suas ações, a pessoa bibliotecária pode ser responsável por mudanças sociais significativas na vida do outro.

A pessoa bibliotecária assume um papel central na promoção do letramento racial infantil, atuando como mediadora entre a informação e os usuários. No contexto infantil, essa atuação é ainda mais relevante, pois as crianças estão em fase de formação de identidade e valores. Cabe ao profissional da informação selecionar, organizar e disponibilizar obras literárias e recursos informacionais que representem de forma positiva e autêntica a cultura e a história afro-brasileira. Além disso, a pessoa bibliotecária pode desenvolver atividades de mediação de leitura, contação de histórias e oficinas que estimulem a reflexão crítica sobre questões raciais. Dessa forma, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as crianças possam se reconhecer e valorizar suas raízes culturais, ao mesmo tempo que aprendem a respeitar a diversidade.

O profissional da biblioteconomia não está atrelado apenas a informação presente nos diversos suportes e por este motivo deve estar preocupado com o usuário que irá receber a devida informação bem como estar atento às questões que regem a sociedade como a temática étnico-racial que por muitos anos foi negligenciada por grande parte da sociedade brasileira. Odília Ribeiro; Rovilson Silva; Sueli Bortolini (2025), destacam que a ação da pessoa bibliotecária é além de todas as suas funções, um perfil político e de responsabilidade social. Já que esse profissional tem como ferramentas de trabalho a informação e conhecimento podendo e devendo utilizar e fomentar o “consumo de conteúdo” que agregam e permitem que os usuários obtenham conhecimento para irmos em busca de um país igualitário. O desenvolvimento de uma coleção que ofereça conteúdo antirracista é uma forma de agir politicamente e socialmente em prol de uma luta de anos buscando apresentar o povo preto e sua intelectualidade de forma positiva.

Nesta seção, apresentamos o objeto dessa pesquisa e a ação do bibliotecário escolar no fazer biblioteca escolar e as conseqüências desse ato.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

[...] como pode existir o hoje, o agora, se você não conhece o seu passado, a sua origem, as suas características? É assim que a gente conhece a nossa ancestralidade.  
(França, 2020).

Essas linhas tão diretas me fizeram revisitar um passado não tão distante no qual não entendia de fato quem era, por quais motivos me sentia fora do ninho. Com os anos, fui percebendo e entendendo o que meus pais sempre diziam para nós, seus três filhos pretos: que só a educação permitiria que nossa caminhada fosse diferente. Meus pais são como muitos brasileiros pretos que tiveram que abandonar os estudos bem cedo para trabalhar e ajudar no sustento de casa.

Por este motivo, minha mãe parou no ensino fundamental, mas esses poucos anos na escola não apagaram o seu interesse pela leitura e por conhecimento. É uma das pessoas mais inteligentes que conheço e é uma das minhas inspirações. Meu pai, já adulto, conseguiu conciliar trabalho e estudo noturno e conquistou um diploma técnico, sendo um ótimo profissional na área e, como minha mãe, inspiração do que é ser um cidadão letrado racialmente e preocupado com o coletivo.

Se hoje eu e meus irmãos temos um diploma universitário no ensino público, é graças ao esforço e às privações que nossos pais tiveram. Mas você deve estar pensando: o que esse relato familiar tem a ver com esse trabalho?

Essa escrita tem um sabor de resistência e resiliência que só pessoas pretas entendem e se identificam. Através das narrativas afrocentradas, temos acesso a histórias como a minha, como a sua e de tantos outros brasileiros pretos. De que a família é a nossa primeira rede de apoio e que o acesso à educação de qualidade e representatividade positiva influenciam o ser adulto e todas as suas conquistas, mas também suas lutas.

Como disse Emicida (2020), “A aflição na escuridão era tão dura que calava toda a minha sede de aventura, e num silêncio de doer, que só as pedras sabem fazer, meus olhos giravam no quarto para se precaver.” Nos remete aos anos nos quais a literatura infantil negava às crianças pretas histórias com narrativas que seus corpos e características estivessem presentes, positivamente.

Neste artigo, falamos um pouco sobre o surgimento do termo e fase infância, que permitiu que as crianças fossem ouvidas e protegidas, e como o ambiente escolar pode ser um local de dor e sofrimento para as crianças pretas se não estiverem atentos a esses corpos e não se preocuparem com a forma como essas crianças são vistas e tratadas nesse local. Através das bibliotecas escolares, as crianças de todos os tons de pele têm acesso a um mundo literário de magia, de construção e desconstrução que permite que todas entendam a diversidade e pluralidade da sociedade e, como tal, a convivência acerca das diferenças.

Apresentamos o que foi, por muito tempo, a literatura infantil e a continuação da negação de corpos pretos nas histórias, reafirmando a construção de um país racista e negacionista que, por muitos anos, não retratou o preto nas histórias de forma coerente com sua história, apresentando a visão eurocêntrica e embranquecida. Porém, graças aos movimentos negros, algo mudou no mundo literário; o surgimento da Literatura Infantil Afrocentrada que empreteceu um mundo que, por longo período, foi embranquecido. A Lei 10.639/2003 foi primordial para o surgimento de editoras preocupadas com o universo infantil preto, trazendo e nos presenteando com livros com narrativas tão potentes daquele povo que, por anos, viveu amordaçado.

Ter acesso a esta literatura é ter um voo livre, que permite que os viajantes tornem-se letrados racialmente e possuam competência em informação para construir suas próprias narrativas.

Com esse trabalho, esperamos gerar, ao menos reflexão, indignação e vontade de mudança aos que a lerem, para que cada um possa pensar sobre esse assunto e, a partir de sua análise, estimular ainda mais o debate e a inserção dessa temática nas

rodas de conversa e em seus locais de trabalho. Demonstrando a importância da representatividade positiva para o crescimento e o desenvolvimento da criança preta e o quanto o uso dessa Literatura que valoriza o preto pode modificar a visão de superioridade que a criança não preta aprende desde pequena e que perpetua na sua fase adulta. Que essas linhas de escrita não sejam apenas um conjunto de letras e sim ratifiquem o quanto o conhecimento da história, de memórias e da ancestralidade tem um poder imensurável sobre o sujeito em construção e, principalmente, o quanto o acesso à literatura afrocentrada nos reconecta com o verdadeiro sujeito que habita em cada preto que, por anos, não foi apresentado à verdadeira história do seu povo e de si.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARBOLEYA, Valdinei José. O negro na literatura infantil: apontamentos para uma interpretação da construção adjetiva e da representação imagética de personagens negros. **Revista África e Africanidades**, n. 3, p.1-9, 2008.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson. J. da. Ensino da literatura infantojuvenil na graduação e pós-graduação em ciência da informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, Sergipe, v.2, n.2, p.124-137, 2015

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm)> Acesso em 19 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.)> Acesso em: 01 jan. 2022.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 163-168, 2005.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Tipos de Biblioteca. Disponível em: <<https://cfb.org.br/tipos-de-biblioteca/>>. Acesso em 23 mai. 2022.

EMICIDA. **E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigos**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2020.

FERREIRA, Emanuelle Geórgia Amaral; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Biblioteconomia contemporânea: apontamentos e perspectivas. **Biblionline**, Joao Pessoa, v. 19, n. 3, p. 32-50, 2023. Disponível em:

<file:///C:/Users/Windows/Downloads/bibliorecoomia-contemporanes-revisado-ok.pdf.> Acesso em: 02 jun. 2025.

FRANÇA, Rodrigo. **O pequeno príncipe preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na Literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91, jan. /abr., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hZmCNP5MtfGB3CDvRbM8nFF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 07 Mai. 2022.

GUIMARÃES, Antonio Alfredo. **Preconceito e discriminação**: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2004.

hooks, bell. **A pele que eu tenho**. São Paulo: Boitatá, 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

JESUS, Sonia Regina Rosa de Oliveira Dias de. **A literatura infantil afro-brasileira como letramento racial e fortalecimento das identidades negras**: uma narrativa autobiográfica. 2019. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/131\\_Sonia%20Regina%20Rosa%20de%20Oliveira%20Dias%20de%20Jesus.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/131_Sonia%20Regina%20Rosa%20de%20Oliveira%20Dias%20de%20Jesus.pdf). Acesso em: 01 jun. 2025.

LUIZ, Maria Fernanda. **Entre prosas e livros**: A literatura infantil-negro brasileira interroga, tensiona e expande o campo da literatura infantil brasileira. 2022. 206f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2022.

MACEDO, Iara Ferreira de. **A ideologia na Biblioteconomia**: uma reflexão. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 15, n. 2, p. 210-221, set. 1986.

MEIRELES, Ariane Celestino; SOUZA, Edileuza Penha de. **Princesas negras**. Rio de Janeiro, Malê, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol\\_inf\\_eduinf.pdf](https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf). Acesso em: 1 jun. 2025.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Interação e aprendizagem de leitura em sala de aula de língua estrangeira e materna na escola pública.** In: MOITA LOPES, L. P. da; MOLICCA, M. C. (org.). Espaços e interfaces da lingüística e da linguística aplicada. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. (Cadernos Pedagógicos, 17).

O GLOBO. Longe da universalização, 63% das escolas não tem bibliotecas para formar leitores. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2025/06/30/longe-da-universalizacao-63percent-das-escolas-nao-tem-bibliotecas-para-formar-leitores.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PERES, Fabiana Costa; MARINHEIRO, Edwylson de Lima; MOURA, Simone Moreira de. A literatura infantil na formação da identidade da criança. **Revista Eletrônica Pró-Docência**, UEL, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2012.

PRIMO, Ueliton Souza Moreira; FRANÇA, Dalila. Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar. **Revista UNIABEU**, Rio de Janeiro, n.2, dez. 2020.

SANTOS, Nayara Araújo dos, RUAS, Thatiane; OLIVEIRA, Tuany Karen Ferreira Alves de. Relações Raciais na literatura infantil: possibilidades de representação da cultura afro – brasileira. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU 7. 2021, Sergipe. **Anais**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79952>. Acesso em: 19 set. 2022.

SILVA, Ingrid. **A bailarina que pintava suas sapatilhas**. São Paulo: Globinho, 2023.

SOUZA, Roberta Bandeira de. Duas contribuições de Lélia Gonzalez para a consolidação de um Feminismo Decolonial e Antirracista. **Trans/formação: revista de filosofia da Unesp**, Marília, v. 47, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/yzjN4RyzmBjFDQv4qY3TQLm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 jun. 2025.

SOUZA, Yvone Costa de. **Crianças negras**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

THEBAS, Adriana de Medeiros Marcolano; MARTINS, Mateus Augusto Almeida; SAMPAIO, Michele de Oliveira; NOGUEIRA, Liliâne Rosa. Educação das Relações Étnico – Raciais: Conceitos e perspectivas para a superação do Racismo na Educação Brasileira. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 22; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS GRADUAÇÃO, 18; ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 8. Universidade do Vale do Paraíba. **Anais**. 25 – 26 out 2018. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2018/anais/arquivos/RE\\_0663\\_0385\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2018/anais/arquivos/RE_0663_0385_01.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Gritando aos quatro ventos: viva o povo brasileiro. **Caderno Cedes**. São Paulo, n. 38, ago. 1996.

